

ATA NÚMERO 20/XIII (1.ª) SL
29 de março de 2016 – 15h00

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 10, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 17 de março

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação

5. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\), do BE](#) - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

- Discussão

6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a audição urgente do Ministro da Educação a fim de prestar esclarecimentos sobre as provas de aferição do 1.º, 2.º e 3.º ciclos

- Apreciação e votação

7. [Petição n.º 17/XIII \(1.ª\)](#), de Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues – Bolsa de estudo para estudantes do 3.º ciclo de estudos

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Deputado Diogo Leão - PS

8. [Petição n.º 32/XIII \(1.ª\)](#), da FENPROF - Um regime de aposentação justo para os docentes

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Deputada Maria Germana Rocha – PSD

9. [Petição n.º 42/XIII \(1.ª\)](#), de José Manuel Maurício Brás — Questiona a transição de docentes do grupo 550 (Informática) para o grupo 540 (Eletrotecnia)

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Deputada Maria Augusta Santos – PS

10. [Petição n.º 48/XIII \(1.ª\)](#), de Carla Micaela Ribeiro Barbosa -Correção do concurso oferta de escola

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Deputado Abel Baptista – CDS-PP

11. [Petição n.º 56/XIII \(1.ª\)](#), de António José Dias Moita, solicitando equidade no cálculo da pensão em situações excecionais (transição na carreira docente) - pagamento retroativo como formador.

- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado Relator: PSD

12. [Petição n.º 61/XIII \(1.ª\)](#), da Associação de Pais e de Encarregados de Educação da Escola Secundária de Camões, solicitando à Assembleia da República a reabilitação e requalificação do «Liceu Camões»

- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado Relator: PS

13. [Petição n.º 66/XIII \(1.ª\)](#), de António Carlos Carvalho e outros, solicitando à Assembleia da República a aprovação de um regime especial de aposentação para os docentes da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico

- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado Relator: PCP

14. [Projeto de lei n.º 126/XIII \(1.ª\)](#), do PCP - Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público

- Apresentação pelo autor
- Deputado Relator: Nilza de Sena (PSD)

15. [Projeto de lei n.º 127/XIII \(1.ª\), do PCP](#) - Congelamento do valor da propina do Ensino Superior Público

- Apresentação pelo autor – PCP
- Deputado Relator - João Torres - PS

16. [Projeto de lei n.º 128/XIII \(1.ª\), do PCP](#) - Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento da propina o não reconhecimento do ato académico

- Apresentação pelo autor – PCP
- Deputado Relator – Luís Monteiro - BE

17. [Projeto de lei n.º 130/XIII \(1.ª\), do PCP](#) - Estabelece um regime de suficiência do formato digital para a entrega de trabalhos, teses e dissertações

- Apresentação pelo autor – PCP
- Deputado Relator – Margarida Balseiro Lopes (PSD)

18. [Projeto de lei n.º 131/XIII \(1.ª\), do PCP](#) - Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação

- Apresentação pelo autor – PCP
- Deputado Relator – André Pinotes - PS

19. Outros assuntos

20. Data da próxima reunião

5 de abril de 2016

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

2. Aprovação de ata

A ata da reunião de 17 de março foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Congresso do GP do PSD e Jornadas Parlamentares do GP do PCP

O Presidente da Comissão lembrou que o Congresso do PSD teria lugar no dia 1 de abril (6.ª feira) e os Jornadas Parlamentares do GP PCP nos dias 11 e 12 Abril (2.ª e 3.ª feira), tendo proposto que a reunião da Comissão fosse realizada no dia 13 (4.ª feira), de manhã.

O Deputado Porfírio Silva (PS) indicou que o PS já tinha várias atividades marcadas para o dia 13, de manhã, tendo proposto que a reunião da Comissão fosse noutra data. O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) equacionou a hipótese de a reunião ser depois do Plenário. Na sequência destas intervenções, o Presidente indicou que entretanto se veria qual a ordem do dia que haveria para a reunião, para depois se fazer a respetiva calendarização.

3.2. Baixa de iniciativas

Informou depois que o [Projeto de Resolução n.º 181/XIII \(1.ª\)](#), BE, *Diminuição do número de alunos por turma e promoção do sucesso escolar*, tinha baixado à Comissão, mas tinha entretanto sido agendado para discussão na sessão plenária de 8 de abril.

3.3. Apreciação na especialidade de 2 Projetos de Lei

Lembrou depois o calendário de apreciação na especialidade dos Projetos de Lei abaixo referidos, tendo informado que o PS já tinha apresentado propostas de alteração:

1. Apresentação de propostas de alteração pelos GP: até 29 março
2. Distribuição do mapa comparativo: 30 de março
3. Votação na especialidade na reunião da Comissão: 05 abril (3.ª feira)

| | | | | | | | |
|----------------|----|------|---|---|------------------------------|------------|-----|
| Projeto de Lei | 46 | XIII | 1 | <u>Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos</u> | Baixa comissão especialidade | 2015-12-11 | PCP |
| Projeto de Lei | 38 | XIII | 1 | <u>Revogação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências - PACC</u> | Baixa comissão especialidade | 2015-12-11 | BE |

3.4. Pedidos de audiência:

Apreciados os pedidos de audiência feitos à Comissão, foi deliberado dar-lhes resposta nos termos referidos abaixo:

- Rede Educação XXI – Apresentação da rede - Audiência presidida pela Deputada Ana Rita Bessa, do CDS-PP;
- Plataforma pela EB2,3 Alto do Lumiar – Apresentação da Plataforma - Audiência presidida por Deputado-piloto, do PSD;
- ANPRI, Associação Nacional de Professores de Informática – Apresentação de propostas - Audiência presidida por Deputado-piloto, do PS.

3.5. Relatórios de audições

Colocados à consideração da Comissão, não foram propostas quaisquer alterações aos relatórios das audições dos peticionários da [Petição n.º 17/XIII/1.ª](#), da [Petição n.º 42/XIII \(1.ª\)](#) e da [Petição n.º 48/XIII \(1.ª\)](#), tendo sido aprovados.

Foram também aprovadas as alterações ao relatório da audição à ANMP, Associação Nacional de Municípios Portugueses (propostas pela entidade), realizada pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação.

3.6. Café Ciência

Por último, o Presidente da Comissão lembrou que o Café de Ciência se realizaria no dia 6 de abril, na sala de leitura da Biblioteca da Assembleia da República, subordinado ao tema *Saúde e alterações climáticas*, sendo debatido o impacto das ondas de calor na saúde, a qualidade do ar e doenças respiratórias, a disponibilidade e qualidade da água, a propagação de doenças infecciosas e as estratégias de mitigação dos riscos.

Informou ainda que já estava confirmada a presença do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da respetiva Secretária de Estado, bem como do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, e de outros 49 participantes.

4. Audiência à Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação

Após o acolhimento pelo Presidente da Comissão, a delegação da CNIFE, Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, constituída pelos elementos da Direção António Parente, António Pinheiro e Isabel Souto, fizeram uma apresentação genérica da Confederação, referindo, em síntese que tinha sido constituída há 8 anos e era apartidária, embora não apolítica.

Expuseram de seguida algumas preocupações, a saber:

1. O facto de o Ministério da Educação ainda não ter celebrado com a CNIPE um Protocolo de Colaboração (aprovado pelo anterior Ministro mas ainda por assinar), de que resulta não terem quaisquer apoios do mesmo e todas as despesas da CNIPE terem de ser feitas a título pessoal, contrariamente ao que acontece com a CONFAP, Confederação Nacional das Associações de Pais, realçando que se verifica um tratamento desigual das duas.
Questionaram ainda se os partidos queriam os pais nas escolas e salientaram que os mesmos precisavam de formação e sensibilização, defendendo a CNIPE uma atitude positiva dos mesmos na escola;
2. O atraso na aprovação das candidaturas a financiamento dos cursos vocacionais e dos cursos profissionais por fundos europeus, não tendo sido ainda recebidas as verbas do ano letivo em curso (documento disponível na [página da Comissão](#));
3. A não aceitação no âmbito do IRS das despesas respeitantes a educação sujeitas a IVA de 23%. Realçaram ainda que as refeições nos refeitórios estão isentas de IVA, enquanto as dos restaurantes estão sujeitas a esse imposto, sendo tributadas à taxa de 23%;
4. Defenderam a escola a tempo inteiro e a educação no âmbito da cidadania e indicaram que a escola não é atrativa para as crianças, propondo a eventual diminuição da carga letiva, completada com atividades não letivas;
5. Questionaram a retirada dos pais do conselho pedagógico, ficando apenas no conselho geral, que tem reuniões esporádicas e realçaram que muitas medidas educativas eram tomadas sem serem ouvidos os pais. Assim, pediram a inclusão dos pais no conselho pedagógico, a discussão das matérias educativas com os mesmos e uma atuação em parceria com estes.

Interveio depois o Deputado Pedro Alves (PSD), que realçou a importância da participação dos pais, informou que iam questionar o Ministério da Educação sobre a não celebração do Protocolo de Colaboração e equacionou a hipótese de os pais não participarem no conselho pedagógico, mas em contrapartida haver um maior funcionamento do conselho geral.

Perguntou depois se consideravam oportuna e adequada a alteração do modelo de avaliação, com o ano em curso, se tinham sido ouvidos sobre o processo, o que diziam as escolas, se lhes tinha sido dado a conhecer algum estudo subjacente à alteração, o que pensavam da implementação facultativa do novo modelo nas escolas e qual a posição global que tinham.

A Deputada Susana Amador (PS) informou que iam saber qual o ponto da situação em relação à celebração do Protocolo de Colaboração, defendeu que os pais eram fundamentais para a qualidade da escola pública e elencou várias medidas que o Governo do PS estava a implementar, designadamente, a gratuitidade dos manuais e o reforço do apoio social.

Defendeu ainda a escola a tempo inteiro e nesse âmbito a ocupação dos jovens com desporto, artes e com o orçamento participativo. Por último, salientou que a presença dos pais na escola é importante, também no conselho geral.

A Deputada Joana Mortágua (BE) saudou a presença dos pais, para saber o que pensavam, questionou como estavam a acompanhar o processo de mudança na avaliação, defendeu a importância da participação dos pais e a gestão democrática das escolas e pediu a avaliação da retirada dos pais do conselho pedagógico.

Perguntou depois qual a posição que tinham relativamente à dimensão das turmas em termos de alunos e à hipótese da sua diminuição, referiu que iam questionar o Ministério sobre a não celebração do Protocolo, bem como sobre os atrasos nos pagamentos aos cursos vocacionais e profissionais e fez referência ao estudo que indica que o nível habilitacional dos pais influencia o resultado dos alunos, referindo ainda que os pais estavam transformados em explicadores dos filhos.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o CDS-PP incluía sempre os pais na gestão das escolas, defendendo a necessidade de formatos adequados para a participação daqueles, eventualmente a decidir caso a caso. Pediu depois a posição que tinham sobre a alteração do modelo de avaliação, perguntou o que propunham para a escola a tempo inteiro e questionou se ainda não tinham tido resposta ao pedido de audiência que tinham remetido ao Ministro da Educação em 15 de dezembro de 2015.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu que o PCP entendia que a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular tinha empobrecido o currículo, incluindo áreas retiradas do mesmo, nomeadamente a de Expressões. Perguntou depois qual a realidade que conheciam em termos de falta de recursos, nomeadamente a nível de funcionários e de docentes do ensino especial e qual a posição que tinham quanto à gratuidade dos manuais escolares no 1.º ano da escolaridade básica.

Na sequência das questões colocadas e das observações produzidas, os representantes da CNIPE informaram que tinham sido ouvidos sobre a alteração do modelo de avaliação, referiram que a municipalização do ensino os preocupava, porque havia autarcas que eram pequenos ditadores e defenderam que as turmas tinham muitos alunos, tendo dado o exemplo duma turma com problemas de indisciplina que deixou de os ter quando foi dividida.

Manifestaram preocupação com a falta de pessoal não docente (referiram o caso de um agrupamento com 2.400 alunos que só tem 1 psicólogo) e de docentes do ensino especial, propuseram a participação dos pais no conselho pedagógico (nas matérias em que seja possível a sua participação), referindo que o mesmo tem uma reunião mensal, enquanto o conselho geral só tem uma reunião trimestral.

Reiteraram que os pais eram ouvidos poucas vezes, não tendo sido auscultados sobre as alterações curriculares e salientaram que os programas de Português do ensino profissional e

do ensino regular eram diferentes, o que prejudicava os alunos do primeiro no acesso ao ensino superior. Por fim, discordaram das alterações a meio do ano, salientando, no entanto, que as mesmas têm sido habituais em vários anos e reiteraram o pedido de celebração do Protocolo de Colaboração com o Ministério da Educação.

A documentação entregue e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

5. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\), do BE - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976](#)

A Deputada Joana Mortágua (BE) apresentou o Projeto de Resolução referindo, em síntese, que se pretendia corrigir um erro sistemático que vinha sendo relatado pelos docentes, que se prendia com o facto de a Caixa Geral de Aposentações ter vindo vindo a fazer interpretações diversas ao longo do tempo no que se referia à aposentação dos educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico em regime de monodocência que concluíram os cursos em 1975 e 1976, efetuada ao abrigo da [Lei n.º 77/2009, de 13 de agosto](#), importando fazer o levantamento e rever todos os processos de aposentação ao abrigo deste regime.

Informou ainda que a Deputada Maria Augusta Santos (PS) tinha proposto que se pedissem informações prévias a algumas entidades, nomeadamente à Caixa Geral de Aposentações, para fazer um levantamento global de todas as situações e só depois se concluir a discussão do Projeto de Resolução e a sua posterior votação, tendo manifestado concordância com a solicitação prévia dessa informação.

Interveio depois a Deputada Germana de Sousa (PSD) que considerou pertinente o pedido de informações à Caixa Geral de Aposentações.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu que tinha havido avanços e recuos no regime de aposentação dos docentes em regime de monodocência no período de 2005 a 2015, realçando que se tratava de um regime de excecionalidade, pelo que propunha que se pedisse à Caixa Geral de Aposentações o levantamento do tratamento dessas aposentações. Acrescentou ainda que recentemente tinha sido relatora de uma petição cuja peticionária tinha concluído o curso em 1974 e ainda não estava aposentada, não lhe sendo aplicável o regime especial da citada Lei 77/2009, pelo que propunha que se pedisse também o levantamento dos docentes que se encontravam nessa situação, para se pensarem todas no seu conjunto e não parcelarmente.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordou com a posição de se pedirem esclarecimentos prévios, para se ter uma posição global antes da votação.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) concordou com o pedido de informações à Caixa Geral de Aposentações. Defendeu ainda que os trabalhadores com longas carreiras contributivas se pudessem aposentar sem penalizações e propôs a possibilidade de aposentação de todos os que tivessem 40 anos ou mais anos de serviço, independentemente da idade do trabalhador.

Por último, o Presidente da Comissão indicou que iam ser feitas as perguntas referidas.

6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a audição urgente do Ministro da Educação a fim de prestar esclarecimentos sobre as provas de aferição do 1.º, 2.º e 3.º ciclos

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) apresentou o requerimento, referindo, em síntese, que o PSD sempre tinha discordado do novo modelo de avaliação e do momento da sua implementação, considerando que o processo gerava instabilidade, requerendo a vinda do Ministro para prestar esclarecimentos sobre o regime aprovado recentemente.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que entendia que o Ministro da Educação estava disponível para prestar esclarecimentos, mas questionou os fundamentos do requerimento, manifestando-se contra o seu texto e sugeriu que dado que a audição regimental do Ministro já era em 19 de abril, se incluísse nessa uma ronda específica extra para responder às questões do requerimento, tendo proposto ao PSD que ponderasse a alteração do requerimento nesses termos.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o requerimento não tinha dúvidas, mas antes afirmações do PSD, indicou que habitualmente o BE não votava contra requerimentos e discordou da inclusão de uma ronda específica na audição do dia 19, para responder às questões do requerimento. Acrescentou que o novo regime de avaliação estava aprovado e debatido e o que podia levantar dúvidas era apenas o regime transitório. Por último, indicou que não votariam contra o requerimento.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) entendeu que fazia sentido ouvir o Ministro da Educação, nomeadamente sobre o regime transitório, discordou de uma ronda extra na audição regimental e concordou com a aprovação do requerimento

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu, em síntese, que o PCP não votaria contra a audição.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) reiterou que a quebra do regime tinha causado instabilidade na escola e defendeu ainda que gerava dificuldades na sequência da avaliação. Por outro lado, referiu que o PSD tinha discordado sempre de rondas extra nas audições regimentais, tendo pedido a votação do requerimento tal como estava.

O Deputado Porfírio Silva (PS) informou que o PS não obstaculizava a vinda do Ministro.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção dos Deputados do PS.

7. [Petição n.º 17/XIII \(1.ª\)](#), de Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues – Bolsa de estudo para estudantes do 3.º ciclo de estudos

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) solicitou o adiamento da apreciação e votação do relatório final da petição supra para a próxima reunião da Comissão.

8. [Petição n.º 32/XIII \(1.ª\), da FENPROF - Um regime de aposentação justo para os docentes](#)

A Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD), relatora da petição, apresentou o [relatório final](#), que foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. [Petição n.º 42/XIII \(1.ª\), de José Manuel Maurício Brás - Questiona a transição de docentes do grupo 550 \(Informática\) para o grupo 540 \(Eletrotecnia\)](#)

O [relatório final](#) foi apresentado pela Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS), relatora da petição, e, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. [Petição n.º 48/XIII \(1.ª\), de Carla Micaela Ribeiro Barbosa - Correção do concurso oferta de escola](#)

O Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP), relator da petição, fez a apresentação do [relatório final](#), que foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

11. [Petição n.º 56/XIII \(1.ª\), de António José Dias Moita, solicitando equidade no cálculo da pensão em situações excecionais \(transição na carreira docente\) - pagamento retroativo como formador.](#)

Apreciada a nota de admissibilidade, foi a petição admitida por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, tendo o Grupo Parlamentar do PSD comunicado que indicaria oportunamente o relator.

12. [Petição n.º 61/XIII \(1.ª\), da Associação de Pais e de Encarregados de Educação da Escola Secundária de Camões, solicitando à Assembleia da República a reabilitação e requalificação do «Liceu Camões»](#)

A petição foi admitida por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, tendo o Grupo Parlamentar do PS comunicado que indicaria oportunamente o Deputado relator.

13. [Petição n.º 66/XIII \(1.ª\), de António Carlos Carvalho e outros, solicitando à Assembleia da República a aprovação de um regime especial de aposentação para os docentes da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico](#)

Apreciada a respetiva nota de admissibilidade, foi admitida a petição por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) informou a Comissão que ela própria seria a relatora da petição em análise.

14. [Projeto de lei n.º 126/XIII \(1.ª\), do PCP - Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público](#)

Após a Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) ter feito a apresentação da iniciativa supra, o Senhor Deputado João Torres (PS) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PS acompanhava todas as iniciativas respeitantes às propinas do ensino superior público, que oneram excessivamente os estudantes e seus agregados familiares e constituem um obstáculo ao acesso e à frequência do ensino superior. Prova disso era o facto de já em sede do Orçamento do Estado para 2016 o Grupo Parlamentar do PS ter votado favoravelmente a proposta relativa ao congelamento da atualização do valor máximo das propinas, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

De seguida, as Senhoras Deputadas Maria Germana Rocha (PSD), Joana Mortágua (BE) e Ana Rita Bessa (CDS-PP) informaram que os seus Grupos Parlamentares se pronunciarão sobre todas estas iniciativas aquando da sua discussão em Plenário.

15. [Projeto de lei n.º 127/XIII \(1.ª\), do PCP - Congelamento do valor da propina do Ensino Superior Público](#)

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) fez a apresentação da iniciativa em causa, após o que o Senhor Deputado Diogo Leão (PS) referiu que o Grupo Parlamentar do PS reservava a sua posição sobre esta matéria para o debate em Plenário, mas que o princípio subjacente a estas iniciativas era muito saudável e que esse era um caminho correto a seguir.

16. [Projeto de lei n.º 128/XIII \(1.ª\), do PCP - Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento da propina o não reconhecimento do ato académico](#)

Depois da Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) ter feito a apresentação da iniciativa, o Senhor Deputado João Torres (PS) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PS reservava a sua posição sobre esta matéria para o debate em Plenário.

17. [Projeto de lei n.º 130/XIII \(1.ª\), do PCP - Estabelece um regime de suficiência do formato digital para a entrega de trabalhos, teses e dissertações](#)

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) fez a apresentação da iniciativa supra, após o que o Senhor Deputado Diogo Leão (PS) sublinhou que, apesar do princípio ser razoável, essa matéria devia ser acertada com as próprias instituições na medida em que a necessidade dessa entrega ser feita em suporte de papel ou em suporte digital podia ter implicações diretas na própria disponibilização e leitura das teses e dissertações.

18. [Projeto de lei n.º 131/XIII \(1.ª\), do PCP](#)- Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação

Por último, a Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) apresentou a iniciativa, tendo o Senhor Deputado André Pinotes (PS) chamado a atenção para a recente deliberação do Conselho de Ministro, nos termos da qual vai ser adotado um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, promovendo o rejuvenescimento das equipas de investigação das instituições científicas e de ensino superior, assim como a valorização das atividades de investigação nessas instituições.

19. [Outros assuntos](#)

No âmbito deste ponto, o Senhor Presidente informou a Comissão que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) vai organizar, na FIL, entre os dias 4 e 6 de julho de 2016, uma conferência sobre a ciência em Portugal, que contará com a presença de todas as unidades de investigação em Portugal.

Após uma breve discussão sobre este ponto, em que usaram da palavra os Senhores Deputados Maria Germana Rocha (PSD), Porfírio Silva (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), a Comissão decidiu associar-se a esse evento e, nesse sentido, não levar a cabo a conferência que estava prevista no plano de atividades sobre «O estado da Ciência em Portugal».

20. [Data da próxima reunião](#)

5 de abril de 2016

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 25 minutos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 5 de abril de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Virgínia Pereira
António Eusébio
Diana Ferreira
Diogo Leão
José Cesário

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Monteiro